

Fortaleza dos remédios: a presença dos medicamentos na capital cearense durante as primeiras décadas do século XX.

ALINE DA SILVA MEDEIROS*

No número de setembro de 1930 da revista *Ceará Medico*, órgão oficial do Centro Médico Cearense, a coluna intitulada *Sedativos* trazia um texto anônimo. De acordo com o escrito, nos idos de 1875, havia no interior cearense um padre a dedicar-se aos cuidados do corpo, tanto quanto aos negócios da alma. Certa feita, o tal vigário dispôs-se a examinar detidamente um enfermo acometido de dores no ventre e, em seguida, prescreveu-lhe cinco unidades das chamadas “pílulas purgativas do cirurgião Mattos”, dose suficiente “para se obter ‘fortes e largas evacuações de serosidade’ e de cujo efeito, o doente sentir-se-ia, com certeza, bastante alliviado” (SEDATIVOS, *Ceará Medico*, 1930: 8-9).

Passadas algumas semanas daquele encontro,

Em uma dessas confissões de chamados, passara o Vigário pela casa do enfermo a quem aconselhara as pilulas de Mattos e inquirira pelo seu estado de saúde; o doente, que se achava cada vez mais inchado e pypneico, quase sem poder fallar e arquejante, informava:

‘Ah! Seu Vigário! não melhorei cousa alguma, não evacuei ‘largo nem estreito’ e nem botei a cêra que V. Rvdma. disse que eu tinha aqui por dentro; antes estou é mais impanzinado!...

‘E tomou as cinco pilulas de Mattos que lhe eu recommendei?’

‘Qual nada, só agüentei pipulas de trez Mattos, que a mulher fez: mufumbo, catingueira e marmelheiro!...’ (Ibidem: 9)

Publicado numa coluna anedótica, o texto suscitava o riso pelo imbróglio na comunicação entre padre e enfermo. Confusão ocasionada pela existência de dois referentes para uma mesma palavra: o referente que levava o nome próprio, designando o remédio de recente criação; e o referente de caráter mais ordinário e familiar aos homens da terra, que concernia a elementos da flora local. Fazendo vencer os matos das plantas sobre o *Mattos* das pílulas, o adoentado atestava a força, entre as populações sertanejas, das mezinhas herbáceas nas práticas de aliviar os padecimentos do corpo. Em contrapartida, informava da fragilidade, naquele último quartel do século XIX, dos tratamentos de saúde pela via dos ‘remédios de farmácia’ – artigos de cura produzidos

* Mestre em História Social pela PUC-SP. Doutoranda em História Social pela UFC.

em estabelecimentos farmacêuticos, mediante procedimentos que se reconheciam como tributários do saber científico –, ainda precariamente reconhecidos.

Em 1948, quando publicava suas memórias de farmacêutico de cidade do interior, J. de Figueiredo Filho escrevia que, entre fins dos anos 1920 e alvares dos anos 1930, “há remédio empregado até ao abuso pelo sertanejo. Trata-se das pílulas de Matos. Chamam-nas às vezes simplesmente *pila de mato*” (FIGUEIREDO FILHO, 1948: 109). A partir das recordações do farmacêutico, pois, pode-se inferir que, num intervalo considerável de aproximadamente cinquenta anos, as pílulas do cirurgião Mattos pareciam ter saído da zona de quase completo desconhecimento para se tornar um afamado medicamento fartamente empregado no Ceará, desde os sertões à capital. Tão presente nas práticas de saúde entre as pessoas comuns da terra, o remédio teve, inclusive, seu nome integrado, não sem modificações, ao vocabulário do vulgo.

Como foi possível que os remédios de farmácia, a exemplo das pílulas do cirurgião Mattos, deixassem de constituir artigos de frágil apelo, e se transformassem, ao longo das primeiras décadas do século XX, em recursos de considerável valor para os cuidados do corpo entre as populações do Ceará, em especial para os habitantes da capital do estado?

Este trabalho tem por intento o estudo da inserção dos remédios de farmácia no cotidiano da cidade de Fortaleza, ao longo das primeiras décadas do século XX. Trata-se de um período marcado tanto pela expansão do mercado de medicamentos na capital cearense, quanto pela presença crescente destes artigos de cura na vida da população urbana. Nesse sentido, pois, cumpre destacar que, no alvorecer do século passado, Fortaleza passava a participar progressivamente de uma ampla rede de transações comerciais e mesmo de trânsito de referências corporais a envolver os remédios que, realizando-se tanto em âmbito estadual, quanto em âmbito nacional e internacional, tornam consideravelmente fluidas as fronteiras espaciais de um estudo que se dedique aos problemas da produção, da circulação e do consumo de medicamentos na capital.

Elevar os remédios de farmácia a objeto privilegiado de uma pesquisa em história ganha relevância não somente por acionar importantes questões referentes aos mais variados aspectos da vida urbana, em especial aqueles que dizem respeito às dinâmicas dos estabelecimentos farmacêuticos, aos procedimentos de confecção

medicamentosa, às práticas comerciais, aos profissionais e ofícios ligados ou não ao universo da cura, etc. Para além disso, o estudo dos medicamentos aqui proposto constitui desafio original e extremamente oportuno por viabilizar a historicização das práticas cotidianas de se obter o bem-estar corporal. Nesse sentido, atentar para os gestos que visavam restabelecer ou aprofundar as potências corporais implica em acompanhar a fabricação de sensibilidades, a demarcação de tolerâncias e intolerâncias, e ainda a produção das distâncias entre saúde e doença, higiene e sujeira, beleza e feiúra – processos que, participando fortemente da elaboração da vida de todos os dias das pessoas comuns de antanho, nos põem a par dos sentimentos, das angústias, dos anseios e dos sonhos que habitavam a capital cearense na primeira metade da centúria passada.

Durante as primeiras décadas do século passado, predominava, na capital cearense, um gênero de medicamento denominado *preparado manipulado*. Os preparados manipulados eram remédios produzidos sob encomenda, confeccionados em oficinas existentes no interior das farmácias, a partir de fórmulas farmacêuticas prescritas em receitas de origens as mais diversas. *Aviar receitas* constituía, pois, a principal atribuição das farmácias de antigamente.

Do ponto de vista da legislação sanitária, o aviamento de receitas deveria coincidir, prioritariamente, com uma produção de remédios, por assim dizer, “sob medida” para seu consumidor; comprometer-se-ia, pois, com um cuidado individualizado, expresso numa fórmula específica, quase particular, receitada pelo médico do requerente. Não obstante esse caráter de exclusividade dos remédios manipulados, o escritor Eduardo Campos rememorava a existência, em inícios dos anos 1930, de inúmeras receitas que, servindo para o combate de padecimentos comuns, se tornaram famosas entre os habitantes da capital cearense:

Pelos anos trinta persistia o aviamento de receitas às farmácias, aplaudida, por exemplo, a ‘Água Sedativa’, qual a de Benevuto Lima, em que se mesclavam amoníaco (30g), cloreto de sódio (30g), álcool canforado (5g), tudo deitado em meio litro de água destilada e indicada para compressas, a exigir o ‘agite antes de usar’.

Outra fórmula antiga, especialidade da Farmácia Motta (com dois tês...), combatia as ‘afecções do ventre’ e do estômago, e para tal à base de tintura genciana (0,5g), cerato de sódio (15g), essência de quina; idem de hortelã (8 gotas) e magnésia fluida (na proporção 12/20). Receita do Dr. Araújo, a recomendar 1 colher de sopa, de hora em hora.

A fórmula mais aviada na cidade trazia o nome do médico Rufino de Alencar, administrada em pílulas. Fazia-se de alcatrão (5 cent.), extrato de

alcaçuz (idem), pós de Dower (idem), Kernes mineral (idem) e igual porção de estriquinina de ópio. (CAMPOS, 1998b: 46)

Ainda pelos anos 1930, além das fórmulas assinadas por médicos, farmacêuticos e outros profissionais autorizados da cidade, como as citadas acima, Eduardo Campos informava da circulação de outras espécies de receitas:

(...) algumas que se demoravam encartadas por entre as folhas de velhos e sebentos cadernos de anotações domésticas, prestigiados pelos mais idosos, gente que não se queria rendida ao receituário mais atual. Formulários médicos (qual o Chernoviz) alcançaram no Ceará (no sentido mais diferenciado do interior, sertão) e também em Fortaleza, grande aceitação, por esses anos, conquanto já fossem perdendo prestígio, e de certa forma olvidados.

Na verdade, reatualizando o que anotei antes, possível entender que a pouco e pouco já se tornassem raros esses livros de medicina antigos, embora na Rua do Imperador [antiga residência do escritor] ainda prevalecesse a terapia copiada ao 'Lunário Perpétuo', espécie de almanaque que além de informações de interesse da saúde das pessoas informava igualmente o comportamento do tempo, da hora de plantar, de colher, e vaticínios etc. (CAMPOS, 1998a: 24)

O aviamento de receitas nas oficinas das farmácias era tarefa a ser desempenhada por farmacêutico ou prático de farmácia. O primeiro era profissional diplomado, aquele que obtinha formação científica regular por meio de aulas teóricas e práticas em instituição de ensino reconhecida pelo Estado. Já o prático de farmácia, por sua vez, se iniciava no ofício no interior da própria farmácia, no mais das vezes acompanhando um farmacêutico ou um prático mais experiente. Estava autorizado a realizar manipulações de medicamentos, desde que portasse licença concedida pela repartição estadual de higiene. Apesar de licença concedida, o Regulamento da Diretoria de Higiene, promulgado em 1919, fazia da tutela de um farmacêutico a condição para que os práticos pudessem ser proprietários de farmácias e aviar receitas. Segundo a legislação sanitária, portanto, os práticos constituíam categoria reconhecida, porém menor perante os farmacêuticos.

Não obstante as hierarquias traçadas pela legislação entre estas duas categorias profissionais, não são raros, nos relatórios da repartição estadual de higiene, os registros de licenças para que farmacêuticos produzissem e pusessem à venda uma série de preparados medicinais, cujas fórmulas não eram de sua autoria e nem da autoria de médicos (como seria de se pensar, já que constituíam os profissionais mais graduados), mas criadas por práticos de farmácia. No relatório de 1924, por exemplo, foram concedidas autorizações para os seguintes farmacêuticos confeccionarem os respectivos

remédios: “Heribaldo Dias da Costa, *Vulcão*, formula de Walter Lopes [prático]; José Studart, *Vinho de Agrião*, formula de João Carneiro [prático] (...); João da Rocha Moreira, *Sanatrol*, formula de José Alves Figueiredo [prático]” (MOURA, 1924: 16).

A despeito das distinções entre farmacêuticos e práticos de farmácia, o aviamento de receitas, ou melhor, a manipulação de medicamentos constituía uma atividade comum a ambos os ofícios; atividade esta a demandar, por seu turno, a realização de gestos que envolviam um conjunto um tanto específico de artefatos e matérias-primas.

Rememorando fatos passados no estabelecimento farmacêutico de seu pai, na cidade do Crato, entre os anos 1910 e 1920, J. de Figueiredo Filho escrevia que “Nos fundos da farmácia havia velho e pesado par de almofariz de ferro para triturar raízes, pulverizar plantas secas. De quando em quando me agarrava à pesada mão de ferro e tocava a pisar vegetais até que o cansaço me vencia”. Deste mesmo período, informa o autor, data o aflorar de sua precoce afinidade com um conjunto muito particular de artefatos oficinais: “grais e copos graduados”, e ainda “balanças, piluladores e bastões de vidro” (FIGUEIREDO FILHO, 1948: 16; 46; 68); instrumentos que, dali a alguns anos, acompanhariam sua faina de farmacêutico. Nesse sentido, num espectro de gestos que ia da força física à sutileza dos pequenos manuseios, uma gama variada de exigências eram direcionadas por estes artefatos a farmacêuticos e práticos de farmácia na preparação dos remédios.

É o mesmo J. de Figueiredo Filho que, recordando sobre o almofariz da farmácia de seu pai, fornece registro sobre algumas matérias-primas ou ingredientes utilizados na fabricação dos remédios de um século atrás. Além de raízes e plantas secas, o farmacêutico traz da lembrança os “mercados de sene, maná, pedra lipes, São Germano, sal amargo e outros” (Ibidem: 16), artigos de origem vegetal e mineral que tomavam parte no arsenal necessário ao aviamento de receitas. O escritor Eduardo Campos, referindo-se aos inícios dos anos 1930, rememorava que, em fórmula assinada pelo Dr. Rufino de Alencar para combater gastralgia (dores no trato gastrointestinal), figuravam “água cloroformizada, água de canela, água de flor de laranjeira”; já o Dr. Costa Araújo, para aplacar os tremores do corpo, recomendava fórmula medicamentosa à base de

“tintura de genciana, do citrato de sódio, da essência de quina, outra mais de hortelã e magnésia fluida” (CAMPOS, 1998a: 24).

O rol de ingredientes dos medicamentos tomados dos registros de memorialistas parece confirmar a presença recorrente de extratos vegetais, não raras vezes adquiridos em feiras, oriundos dos quintais ou roçados incrustados na capital e cercanias. O uso frequente de espécimes herbáceos, como sene, jasmim, canela, maná, flor de laranjeira, hortelã, canafístula, genciana, quina, alcaçuz, rosas, amêndoas... tanto na manipulação medicamentosa ocorrida nas oficinas de farmácias, quanto nos recursos de cura considerados mais tradicionais, como lambedores, garrafadas, beberagens, preparados em casa ou adquiridos de rezadores, curandeiros, aparadeiras, parece constituir fato que atravancava a diferenciação mais radical entre as numerosas esferas terapêuticas que habitavam a cidade.

A presença de extratos vegetais nos medicamentos elaborados pelos farmacêuticos e práticos de farmácia era atestada de antemão nos próprios nomes conferidos aos remédios. Em 1922, o farmacêutico Abílio Barreto de Oliveira recebia licença para comercializar preparado de sua autoria denominado “*Pílulas de Velame*” (PARACAMPOS, 1922: 24), em alusão à planta de mesmo nome. No ano seguinte, autorização semelhante foi concedida ao farmacêutico João Rodrigues Moreira, criador do “*Elixir de Manacá Composto*” (SILVA, 1923: 20); e em 1924, foi a vez dos farmacêuticos José Studart, referente ao “*Vinho de Agrião*”, Benjamin Studart Gurgel, criador do “*Paricar Composto*”, e Tertuliano Vieira, que inventou os “*Xarope de angico e seiva de pinho marítimo e Xarope de Jucá e alcatrão composto*” (MOURA, 1924: 16). Onde a escolha do nome dos preparados parecia constituir um meio de cativar o prestígio dos cidadãos, muitos dos quais conhecedores das propriedades terapêuticas das plantas utilizadas como ingredientes dos medicamentos. Não raras vezes, pois, os farmacêuticos e os práticos de farmácia tomavam partido dos conhecimentos herbáceos do vulgo como forma de granjear as confianças dos homens e mulheres da cidade sobre os remédios que fabricavam.

Não eram raros os casos em que as pessoas se dirigiam às farmácias portando apenas seus achaques, sem ter em mente o remédio a solicitar. Em situações tais, os farmacêuticos ou os práticos de farmácia não hesitavam em adentrar o terreno da

prescrição medicamentosa, muito embora tal prática, segundo a legislação sanitária, fosse considerada atribuição exclusiva dos doutores em medicina. Alguns registros de práticas de prescrição de remédios no interior das farmácias indicam que, também neste domínio, as dificuldades em traçar fronteiras bem definidas entre os medicamentos e as práticas terapêuticas consideradas mais tradicionais se manifestam.

J. de Figueiredo Filho rememora acontecimento ocorrido nos meados dos anos 1930, em sua farmácia do interior, para onde se dirigiu um homem acometido de grave enfermidade cutânea, a solicitar um lenitivo para seus males. O farmacêutico relata que, inseguro, correu os olhos pelas prateleiras de seu estabelecimento, até que

Finalmente deparei-me com velho vidro de carbonato de lítio efervescente. Rótulo já esmaecido pelo tempo. Enchi uma lata de pomada de Helmerick. Entreguei os dois remédios ao doente, portador de tão repugnante dermatose. Aconselhei-lhe resguardo. Nos sertões é indispensável a recomendação de certa dieta se não ninguém acredita no efeito do medicamento. E no caso de fracasso corre este por conta do 'resguardo quebrado'. (FIGUEIREDO FILHO, 1948: 92)

Ao que parece, não era apenas nos domínios da produção e da prescrição medicamentosa que as mais distintas práticas de cura se mesclavam. O universo do consumo estava também, e em maior medida, inclusive, suscetível a cruzamentos inesperados. É o que indica Eduardo Campos, cujas memórias oferecem alguns detalhes preciosos acerca dos usos de remédios de farmácia na capital dos anos 1930. Detalhes que vinham à tona, por exemplo, quando suas lembranças de infância incidiam sobre as recorrentes crises de asma de sua avó materna Zabelinha. A este respeito, relatava o escritor:

(...) vale mencionar no tocante à farmácia desses idos as cigarrilhas Barral e outras assemelhadas, prática que, exercitada pela velha senhora achacada, a mim soava como extravagância ou vício. Eu não queria compreender que 'aquilo', a suposta tragada de fumo extraída pela avó de seus costumeiros cigarrinhos, resultasse em ato de terapia de medicina erudita. E era! (CAMPOS, 1998a: 17)

Adepto das separações entre a cultura popular e a cultura erudita, Eduardo Campos, que se celebrizou por seus estudos de folclore, estranhava os usos de cigarrilhas como método terapêutico autorizado pela medicina oficial. Sabendo que hábito de fumar cigarros e cachimbos era arraigado entre as mulheres pobres da cidade, em especial aquelas que se imiscuíam pelo terreno da cura (rezadeiras, curandeiras, comadres, aparadeiras...), custava ao escritor aceitar que tal costume podia se revestir de uma forma científica. Custava mais ainda pensar que, talvez por conta de tais possíveis

afinidades entre remédios de farmácia e artigos de uso corriqueiro entre homens e mulheres comuns da cidade, os medicamentos pudessem ter contado com uma recepção mais positiva ou, pelo menos, com atenuado grau de desconfiança. Parecia ter sido este o caso das cigarrilhas antiasmáticas da marca Barral.

Além dos remédios de farmácia, então representados pelas cigarrilhas antiasmáticas, recorria-se, quando da eclosão dos sofrimentos respiratórios de dona Zabelinha, a outros recursos de cura. Eduardo Campos apressava-se em explicar que

A 'doença da vovó' engendrava providências de afeição, visitas e cuidados, tudo nutrido com o receituário doméstico de variadas mezinhas; e mais e mais informações de almanaques, indicações de pessoas de igual idade, vãs experiências de outros doentes, pois valia tudo, valia mesmo, até raros e desbotados recortes de jornais antigos. Contanto, apresso-me em apensar, houvesse condições para a enferma poder respirar, e sobreviver. (Ibidem: 16)

Havia, pois, receitas para remédios de farmácia – evidentemente, quando produzidos em oficinas farmacêuticas mediante procedimentos de manipulação – tanto quanto para remédios caseiros, estes últimos mais conhecidos como mezinhas, preparados medicinais de incontestável vivacidade na cidade naqueles idos dos anos 1930. Receitas aviadas em oficinas farmacêuticas, receitas preparadas em casa apresentavam as mais variadas procedências, podendo, quem sabe, cruzarem-se, umas e outras, nos mesmos suportes – formulários médicos, oralidade, almanaques, recortes de jornais, cadernos, etc. –, e ainda, num mesmo uso, num mesmo conjunto de práticas de consumo.

Sobre cruzamentos de remédios caseiros e remédios de farmácias, Eduardo Campos lembrava que, entre os cuidados dispensados a sua avó Zabelinha, o consumo das cigarrilhas Barral se dava simultaneamente ao uso de mezinhas cujas receitas foram anotadas de um jornal de 1877:

'Toma-se uma fieira de ovos de aruá, esquentam-se ao fogo e desmancha-se em uma colher de mel de abelha, doce, que se tomará à noite, sendo para crianças a metade desta quantidade. Com poucos dias de uso desse remédio (registrava o informante), temos visto são doentes que sofriam há muito tempo, por isso não hesitamos em aconselhá-lo, certo de sua eficiência'. De igual feição o lambedor engrossado com 'canudos' de ovos de aruá, a repetir igual efeito positivo no tratamento de tosses rebeldes, sequelas dos acessos. (Ibidem: 17-18)

Além das mezinhas, cujas especificações originavam preparados conhecidos como lambedores, garrafadas, beberagens, etc., confeccionados em geral com

ingredientes encontrados na fauna e na flora circundante, como, por exemplo, o molusco de rio de nome aruá, Eduardo Campos escrevia sobre outros recursos terapêuticos aventados por familiares para ver a matriarca livre das dificuldades do pulmão:

Mas bom mesmo, capaz de remover de vez a doença, era o asmático ir à beira do rio, agarrar a um cará e lhe cuspir na boca. Efeitivava-se assim a transferência da doença para o peixe, e a cura sucedia. Infelizmente minha avó Zabelinha já não podia usar esse expediente, condenada a puxar fumaça quer de seus cigarros, quer de fedorento cachimbo de barro, em cuja bacia de fumo atochava a mais não poder, e de modo tão inútil, uns tantos pós misteriosos. Seriam os chamados Pós de Abissínia? (Ibidem: 18)

Assim, práticas de cura atreladas a preparados medicinais – sejam remédios de farmácia, sejam mezinhas – conviviam, ou ainda se mesclavam com recursos terapêuticos provenientes de um universo identificado aos feitiços, às magias; tal o encontro da doente com o peixe do rio, tal os usos de substâncias misteriosas, solidárias ao restabelecimento da saúde pelos expedientes do segredo, como parecia ser o caso dos pós de Abissínia.

De fato, os remédios de farmácia longe estavam de constituir recurso isolado no restabelecimento da cura; antes, pareciam sofrer as mais diversas formas de integração com os expedientes de saúde, em geral, já reinantes. Integrações, diga-se de passagem, nas quais os medicamentos não saíam incólumes, antes se faziam alvos de composições, combinatórias, dissoluções com outros elementos de origens as mais inumeráveis, processos em que pareciam se desvanecer, perder irremediavelmente seu caráter de *próprio* (CERTEAU, 2005: 94)

Os cruzamentos, mesclas ou integrações entre os preparados farmacêuticos e o amplo espectro de expedientes de cura considerados mais tradicionais (mezinhas, simpatias, magias) não configuraram, todavia, ausência de conflitos entre estes dois grandes e heterogêneos conjuntos terapêuticos. No romance *Luzia-Homem*, publicado em 1905, por Domingos Olímpio, a protagonista Luzia, operária que vivia em cidade do interior do estado no final da década de 1870, travava o seguinte diálogo com sua mãe, senhora idosa acometida de duradoura enfermidade:

- Também, mãezinha, não faz caso dos remédios, que têm custado um dinheirão. Se tomasse de verdade os da receita do doutor Helvécio... Olhe, ele quase sarou a mãe da Grabina. Muito mais doente e com moléstia ruim,

*teria ficado boa, se não se metesse com mezinhas e feitiçarias ensinadas.
Pelo menos conseguiu viver muito...
- Porque a hora não era chegada. (OLÍMPIO, 2002: 26)*

A partir deste excerto, se visualiza nítida tensão entre o consumo dos preparados manipulados prescritos pelo médico e os usos de mezinhas e feitiçarias; a tal ponto, inclusive, que, segundo Luzia, uma vez usados simultaneamente, estas últimas anulariam os efeitos dos primeiros. Tal aspecto conflituoso entre os remédios de farmácia e as demais práticas terapêuticas consideradas mais tradicionais, por sinal, parecia guardar implicações profundas sobre os modos pelos quais a cura se produzia. Enquanto a senhora enferma parecia encarar a vida e a morte e, por tabela, a saúde e a doença, como desígnios de forças sobre-humanas, houvesse o que houvesse nas sendas terrestres; para sua filha Luzia, a cura podia ser fomentada por uma ação humana, ademais, embasada em critérios científicos, a saber: a ingestão de remédios.

Ao operar, em alguma medida, a transferência das economias do corpo dos domínios sobrenaturais para os domínios do homem, o consumo de medicamentos parecia contribuir para uma elevação das responsabilidades individuais sobre os trâmites da saúde. Fato que poderia se manifestar, por exemplo, a partir de novas formas de se relacionar com o tempo: se os expedientes de cura ditos tradicionais eram mais pacientes, aguardando os sinais divinos, o amadurecer de algum espécime herbáceo, o aparecimento de alguns animais, a conformação de determinados astros, etc.; os remédios de farmácia estavam disponíveis num intervalo de tempo menor, no máximo se medindo pelos minutos ou horas a se alcançar um estabelecimento farmacêutico. Ao avultar a margem de ação do indivíduo sobre sua cura, o consumo de medicamentos modificou a vivência do tempo da doença, que deixava de afeiçoar-se às longas esperas, para, progressivamente, firmar contrato com a urgência da hora.

De todo modo, o consumo de medicamentos se incluía no conjunto maior das práticas de cuidados corporais, imersas nas mais variadas referências terapêuticas: tributárias dos saberes herbáceos, das propriedades curativas de alguns excertos de origem animal, do conhecimento científico, dos expedientes do feitiço e da magia, dos poderes de elementos ocultos, etc.

Sob o ponto de vista das práticas do corpo, o consumo dos remédios de farmácia operava ainda outras mudanças ainda mais complexas. Mudanças tais atreladas a

gêneros medicamentosos dedicados, em especial, aos cuidados com a pele: sabões, sabonetes, loções, pomadas e, principalmente, águas de colônia, produtos, cujas atribuições pareciam ir além da promoção da saúde.

Dos tempos mais remotos da infância, Eduardo Campos escrevia que

Sou cobrado à saída do banho quanto a meu asseio. Verificam-me as unhas, o por detrás das orelhas (permita-me o leitor dizer assim, a meu modo), o dedo de minha mãe ágil, mas firme, a percorrer-lhe em esfregado dilacerador. Mas dessa vez escapo à fricção da Água de Colônia embebida em algodão, vu-que-vuque, até restar tudo asseado como lembram ter de andar um rapazinho de família. (CAMPOS, 1998a: 81)

Sobre o alvorecer da juventude, o mesmo escritor lembrava as ocasiões em que se dirigia à rua:

‘- Vou na avenida’, que me animo a namorar. Minha mãe sabe, e sorri às minhas costas. Mas deixa, em sua infinita convivência materna, que eu tome um pouco de sua Água de Colônia, algo assim tão discreto que até parece cheiro de violeta recém-colhida e não guardada ainda em seu livro de oração... (CAMPOS, 1998b: 20)

Segundo Eduardo Campos, ao conferir saúde, asseio e beleza, tal gênero medicamentoso, aqui representado pelas águas de colônia, punha em causa as fronteiras mal definidas entre estes atributos corporais. Assim, com respeito à reflexão sobre o rearranjo das distâncias entre saúde e doença, cabe estendê-la para as distâncias entre higiene e sujeira, beleza e feiúra. Como se forjavam estas definições, a partir dos usos dos remédios de farmácia? Como os consumos dos medicamentos faziam emergir novas sensibilidades, em especial aquelas associadas ao odor, e como as colocavam em movimento? E ademais, como tais gêneros de remédios participavam das artimanhas da distinção social, e também da sedução?

O enfrentamento deste amplo conjunto de problemas pode trazer à tona uma cidade repleta de diversificados valores e interesses, múltiplas experiências e sensibilidades, que foi feita e se fez a partir da circulação de um gênero de consumo que apenas começava sua lenta expansão naquele alvorecer do século XX, para atualmente se tornar um artigo de primeira, segunda e terceira necessidades, a saber: os medicamentos.

Bibliografia

CAMPOS, Eduardo. *A volta do inquilino do passado* (Memória urbana e artigos de afeição). Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998a.

_____. *O inquilino do passado*. (Memória urbana e artigos de afeição). Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998b.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Meu mundo é uma farmácia*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1948.

MOURA, Clovis Barbosa de. *Relatorio Apresentado ao Ex.mo Snr. Desembargador Claudio Ideburque Carneiro Leal Filho – Secretario dos Negocios do Interior e da Justiça pelo Dr. Clovis Barbosa de Moura, Director de Hygiene Publica do Estado*. Junho de 1924.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. Rio de Janeiro, São Paulo: ABC Editora, 2002.

PARACAMPOS, José. *Relatorio Apresentado ao Ex.mo Snr. Dr. Manoel Leiria de Andrade – Secretario dos Negocios do Interior e da Justiça, pelo Dr. José Paracampos, Director de Hygiene*. Abril de 1922.

REGULAMENTO DA DIRECTORIA GERAL DE HYGIENE. Aprovado pelo Decreto Legislativo N.º 1643, de 8 de Novembro de 1918. Fortaleza: Est. Graphico A. C. Mendes, 1919.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Apresentação. *Projeto História*, São Paulo, n. 25, dezembro de 2002, p. 9-11.

_____. Corpo e História. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 3, p. 243-266, 1996.

_____. (org.) *Políticas do corpo*. Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SEDATIVOS. *Ceará Medico*. Fortaleza, Anno IX, N.º. 9, Setembro de 1930, p. 8-9.

SILVA, Raimundo de Oliveira e. *Relatorio Apresentado ao Ex.mo Snr. Otto Nabuco de Caldas – Secretario dos Negocios do Interior e da Justiça, pelo Secretario da Directoria de Hygiene, Raymundo de Oliveira e Silva*. Junho de 1923.

VIGARELLO, Georges. Gouverner et expliquer l'impossible. La non-maîtrise dans les modèles anciens et modernes d'entretien la santé. In : *Communications*, Année 1993, Volume 56, Numéro 1, p. 9-23.

_____. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”. Apresentação, entrevista, tradução: Denise Bernuzzi de Sant'Anna. *Projeto História*, São Paulo, n. 21, novembro de 2000, p. 225-236.

_____. *O limpo e o sujo*. A higiene do corpo desde a Idade Média. Lisboa: Fragmentos, 1988.